

BEM-ESTAR, BUROCRACIAS MUNICIPAIS E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Maria Izabel Noll¹

Maria Alice Piazza²

Federalismo, municipalismo, eleições e partidos políticos.

“Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.”

RESUMO

O federalismo brasileiro, nas dimensões ditadas pela Constituição de 1988, continua a desafiar os analistas no que tange a propostas que combinem perspectivas transversais (União, estados subnacionais e municípios) bem como recortes regionais envolvendo variáveis eminentemente políticas (como os partidos) e, principalmente a implementação de políticas públicas. Este trabalho se propõe a tomar o Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal), realizado pelo Observatório das Metrópoles, calculado para todos os municípios brasileiros com informações do Censo Demográfico de 2010, que totaliza 5.565 municípios e articulá-lo à presença de burocracias qualificadas na estrutura municipal e a dominação partidária tomando as eleições de 2012 e 2016 (Banco de dados do Nupergs/IFCH/UFRGS). O IBEU-Municipal procura avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros. Ele é composto por cinco dimensões: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana. Por que avaliar a dimensão urbana ao tratar o município? Uma das justificativas bastante simples é que hoje o Brasil se constitui em um país com população majoritariamente urbana e, também, é no meio urbano que as maiores contradições e extremos nos índices de pobreza têm aparecido. Como a política municipal reage a esta realidade?

ABSTRACT

Brazilian federalism, in the dimensions dictated by the 1988 Constitution, continues to challenge analysts with regard to proposals that combine cross-cutting perspectives (Union, subnational states, and municipalities) as well as regional cuts involving eminently political variables (such as parties) and mainly the implementation of public policies. This work proposes to take the Urban Welfare Index of the Brazilian Municipalities (IBEU-Municipal) conducted by the Metropolis Observatory calculated for all Brazilian municipalities with information from the 2010 Demographic Census, which totals 5,565 municipalities and articulates it to the presence of qualified bureaucracies in the municipal structure and party domination by taking the elections of 2012 and 2016 (Nupergs / IFCH / UFRGS database). The IBEU-Municipal seeks to assess the urban dimension of well-being enjoyed by Brazilian citizens. It is composed of five dimensions: Urban Mobility, Urban Environmental Conditions, Urban Housing Conditions, Urban Collective Services and Urban Infrastructure. Why assess the urban dimension when treating the municipality? One of the rather simple justifications is that today Brazil is a country with a predominantly urban population, and it is also in the urban context that the greatest contradictions and extremes in poverty rates have appeared. How municipal policy reacts to this reality?

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mnoll3@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul
m.alicepiazza@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil o município tem sido protagonista de um debate que acabou por imprimir-lhe dupla personalidade. Uma que lhe atribui qualidades intrínsecas por ser o *locus* da verdadeira vida política, onde se condensam os direitos e deveres e o *demos* se manifesta aproximando-se, da melhor forma possível, do ideal grego de democracia. As virtudes daí decorrentes estariam articuladas à cidadania plena e à participação direta. A outra personalidade estaria determinada pela história nacional e seus vícios. Existente desde as capitanias hereditárias, o município seria a extensão do poder do grande latifúndio. Com ele o Estado precisava estabelecer “relações litúrgicas” (Uricoechea, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.) para fazer valer minimamente seus interesses – fossem políticos ou exclusivamente fiscais. Nele havia se desenvolvido o clientelismo, o mandonismo e a dependência das populações carentes socialmente e analfabetas politicamente (Queirós, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. Anhembi, 24/26, 1956/1957.). Análise clássica de Leal (Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948) mostrou a extensão do modelo quando, na Primeira República, o município foi a base de poder dos coronéis oligarcas. Este debate consumiu décadas de literatura histórica, política e sociológica (Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936); Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1958; Prado Jr., Caio. *Formação Política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1966; Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, para citar os mais conhecidos). Centralização versus descentralização, Estado versus sociedade, americanismo versus iberismo, modelos de federalismo, sintetizados criativamente por Nunes, Edson. *A Gramática política do Brasil*. São Paulo, Zahar, 2003, como elementos de uma gramática política brasileira cujo léxico incorporava novos vocábulos, logo transformados em prática, sem abrir mão dos antigos: o clientelismo sobrevivia ao corporativismo, assim como este se adaptava ao insulamento burocrático, todos acomodados como camadas geológicas cuja cobertura moderna – o universalismo de procedimentos – a todas encobria, mas ao mesmo tempo conservava. Basta um mergulho abaixo da superfície para encontrarmos intactos alguns fosseis cuja resistência ao tempo e aos costumes surpreendem a qualquer cientista.

Por mais de três séculos – entre início da vida política e a independência – existiram eleições locais (para os Conselhos Municipais) cujos vereadores - os “homens bons”³ – possuíam, inclusive, poder de justiça. Grande foi o seu poder nos séculos XVI e XVII. Depois da independência, o município permaneceu sendo um local privilegiado da vida política já que as eleições, coordenadas pela Igreja e os grandes proprietários da região, se realizavam em dois níveis tomando como base o critério censitário (número de propriedades ou renda do eleitor). O Império, mesmo se tratando de um Estado unitário, dependia das estruturas locais para o funcionamento do sistema eleitoral dada a extensão territorial do país e as dificuldades de comunicação do centro com a periferia como retrataram Viana, Francisco Jose de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. São Paulo, Monteiro Lobato, 1920. e Cintra, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. IN: Balán, Jorge. Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo, Difel, 1974. Em nome da correção de equívocos e da “melhor representação” a legislação foi alterada constantemente ao longo do século XIX.

A República não alterará este quadro substancialmente. Apesar de instituir o voto masculino universal mantém a exclusão dos analfabetos, a grande maioria da população do país. O sistema assentado no poder dos notáveis regionais está constituído por um pacto intra-oligárquico que preserva o “*status quo*” através do controle dos procedimentos eleitorais, seja através da fraude dos resultados, seja através da chamada “degola”, procedida no momento de reconhecimento do eleito.

A redemocratização em 1985 e a liberalização do sistema partidário realizada de forma gradual, primeiro com um sistema multipartidário restrito e, posteriormente, com uma quase ausência de mecanismos de controle para a criação de novos partidos, coincidiu com o novo pacto federativo inaugurado com a Constituição de 1988. Grupos políticos aliados do poder com o fim da ditadura e novos postulantes ainda com bases eleitorais reduzidas, pareceram concordar em conceder ao município uma centralidade política e administrativa.

³“Homem-bom, segundo a antiga legislação portuguesa, era o cidadão que intervinha nas deliberações dos Conselhos. O conceito nunca foi preciso. Mas de um modo geral abrangia os homens livres, proprietários ou que já tivessem servido em função da administração.” Chaves, Antonio José Gonçalves. Memórias Economo-políticas sobre a administração pública no Brasil. Porto Alegre: Erus, 1978.

Referência nos estudos sobre o federalismo no Brasil, Abrucio (2005) é enfático ao afirmar que “a estrutura federativa é um dos balizadores mais importantes do processo político no Brasil. Ela tem afetado a dinâmica partidário-eleitoral, o desenho das políticas sociais e o processo de reforma do Estado”⁴. Que a estrutura básica dos governos tem sofrido um processo de transformação em vários países, a literatura pertinente tem demonstrado. A migração de recursos e de autoridade política do centro para as unidades subnacionais, nos processos de descentralização, possui defensores e críticos.

As chamadas “teorias otimistas” (Rodden, 2005) enfatizaram a importância da proximidade da informação e de *accountability* nas estruturas governamentais descentralizadas. Teorias de escolha pública situam-se neste patamar – adequação entre preferências do cidadão e políticas de governo. Governos menores seriam mais eficientes e menos corruptos (Hayek, 1939) e sob certas condições gerariam mercados mais seguros e crescimento econômico mais rápido (Weingast, 1995). Entretanto, estudos empíricos mais recentes passaram a questionar essas assertivas no sentido de que casos de federalismo/descentralização apresentavam altos índices de corrupção, instabilidade macroeconômica e menor crescimento. Mesmo agregando as dificuldades inerentes às comparações empíricas entre países, o que Rodden (2005) acentua é que parece ser este o melhor caminho para discernir entre os vários federalismos e os vários modelos de descentralização, primordialmente na medição do grau de autoridade fiscal, de autoridade política e de gestão de políticas públicas.

Em seu livro *Problemas fundamentais do município*, Orlando Carvalho diz que “o território municipal (...) é aquela porção da terra até onde atinge o interesse do grupo, em sua função imediata de criar ambiente para viver e satisfazer as necessidades vitais de repouso, alimentação e guarida.” (Carvalho, 1937:11). Diferentemente de outras experiências históricas – onde talvez a mais emblemática é a americana – a sede da “comuna” brasileira nasceu dependente da grande propriedade rural. O município vem do campo para a cidade, da vida rural para a vida urbana. Daí, segundo o autor, decorrem algumas constatações. A primeira delas é que “quanto mais intenso é o interesse grupado em torno de uma densa população, tanto menor poderá ser o território de sua municipalidade”. A segunda é que “a comuna caminha de par com a pequena

⁴Abrucio – Ver SocPol, Curitiba, 24, p. 41-67, jun 2005. P. 41

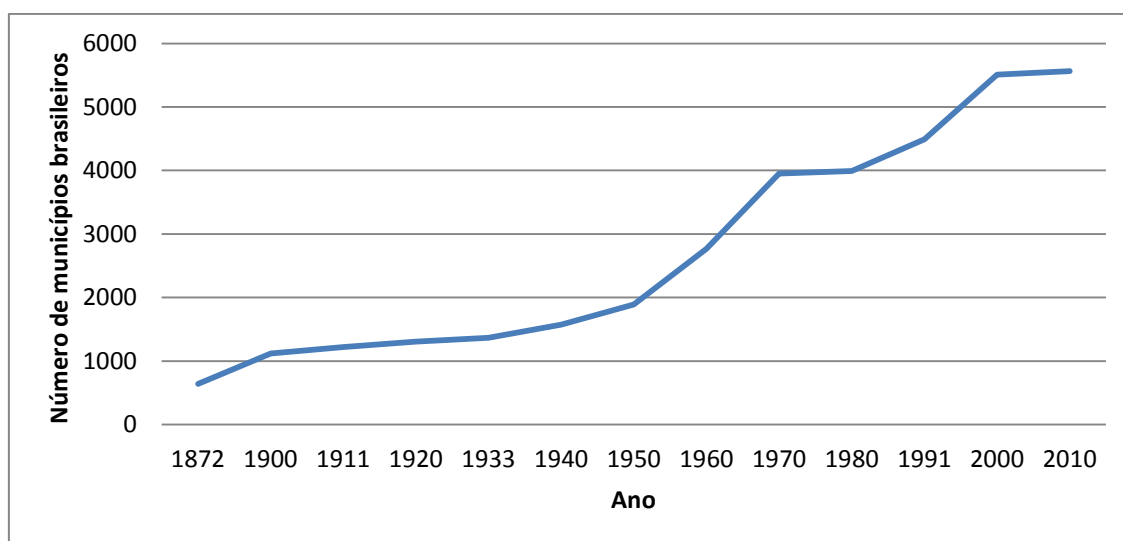
propriedade no Brasil e a lei das sucessões provocará, no futuro, grande número de desmembramentos territoriais insuspeitados até o momento.” (Carvalho, 1937:19). O interessante é que o debate trazido na obra é decorrente dos desafios dos anos 30 com um novo governo que quebrava as estruturas da Primeira República nas suas dimensões estadualistas e domínio do coronelismo na política local. Os níveis de autonomia municipal, principalmente no campo fiscal, e das realidades administrativas apresentavam variedade imensa. Historicamente, o que se tem observado no Brasil é que o município, ao longo das mudanças institucionais (Constituições de 1946, 1967 e 1988), regimes mais ou menos democráticos, tem crescido em importância política e no recebimento de recursos repassados pela União ou Estados, e a partir da década de 90 assumiu um papel central na execução das políticas de saúde, educação e assistência social.

Tendo em vista este quadro, o objetivo deste artigo é, a partir da constatação de que o federalismo brasileiro é caracterizado por uma desigualdade regional muito grande, testar em que medida os dados do IBEU⁵ (Índice de Bem-estar dos municípios) podem permitir visões diferenciadas, principalmente se cotejados com o PIB, IDH, Gini, qualidade das burocracias locais e dominância partidária municipal.

O IBEU E OS MUNICÍPIOS

Em 2010 o Brasil contava com 5565 municípios. Atualmente, mais cinco municípios foram acrescentados totalizando 5570.

⁵ O IBEU foi realizado pelo Observatório das Metrópoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia). Relatório organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro.

Figura 1: Crescimento do número de municípios no Brasil (1872-2010)

Fonte: IBGE.

A estrutura do federalismo brasileiro, durante a ditadura militar, foi marcada por uma centralização de questões relacionadas à política e economia do país. A partir do desgaste da atuação militar no poder e da abertura do sistema, temas referentes à urbanização e ao crescimento das cidades tornaram-se questões importantes a serem tratadas à luz da nova constituição e da proposta de uma maior descentralização burocrática. A Carta Magna de 1988 deixa a cargo dos municípios o desenvolvimento de políticas urbanas, que terão o objetivo de garantir a função social adquirida pelas cidades e levar bem estar aos cidadãos.

Até a década de 80, o Brasil experimentou um intenso processo de deslocamento da população do campo para as cidades, principalmente aquelas conhecidas por seus polos industriais, tais como as localizadas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse fenômeno, porém, deixou de ser significativo quando uma quantidade de migrantes passou a se deslocar para cidades de médio porte por conta dos diversos problemas encontrados nos grandes centros urbanos devido à ampliação dos problemas sociais. O aumento populacional das cidades médias as transforma em periferias metropolitanas, onde há um centro com maior índice de desenvolvimento e cidades no entorno que agregam essa população que transborda para as regiões metropolitanas (Silva e Ferreira, 2005).

As dificuldades econômicas, pelas quais o país havia passado seguida da transição política, contribuíram para uma redução da oferta de empregos nas cidades

fazendo com que a violência e a desigualdade social estivessem presentes na composição dos territórios urbanos brasileiros. Sendo assim, fornecer bem estar aos cidadãos tornou-se uma tarefa árdua com a qual os municípios precisaram lidar.

Com o modelo de administração de algumas políticas públicas descentralizadas, os municípios passam a ganhar mais responsabilidade para a elaboração das políticas públicas locais e, de acordo com Santos Junior (2015), surge uma problemática: como tornar eficiente e criar práticas que resultem em bons governos. Assim, o desenvolvimento local passa a ser estratégico e as cidades apresentam-se como atores com interesses próprios, em que é preciso levar em conta questões que fazem parte do contexto, como a organização e funcionamento institucional; desenvolvimento de políticas públicas; e promoção da qualidade de vida.

Para alcançar um nível de bem estar urbano satisfatório, é preciso levar em consideração uma série de variáveis que são estudadas pelo Índice de Bem Estar Urbano dos Municípios Brasileiros, que procura identificar o impacto da Mobilidade Urbana, das Condições Ambientais Urbanas, das Condições Habitacionais Urbanas, do Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e da Infraestrutura Urbana, na satisfação da população junto ao que é proporcionado pelos municípios atualmente. A mobilidade urbana foi medida a partir do tempo gasto pela população entre sua casa e o trabalho. As condições ambientais urbanas avaliam níveis de arborização das sedes municipais, existência de esgoto a céu aberto bem como acumulação de lixo em locais inadequados. As condições habitacionais dizem respeito à densidade domiciliar, relação número de moradores-banheiros, materiais das construções das moradias. Os serviços coletivos envolvem as dimensões cruciais na oferta do executivo municipal: água, esgoto, luz e coleta de lixo. Já a última dimensão infraestrutura diz respeito à existência de iluminação pública, pavimentação, calçadas, meio fio, bueiros, rampas para cadeirantes e logradouros.

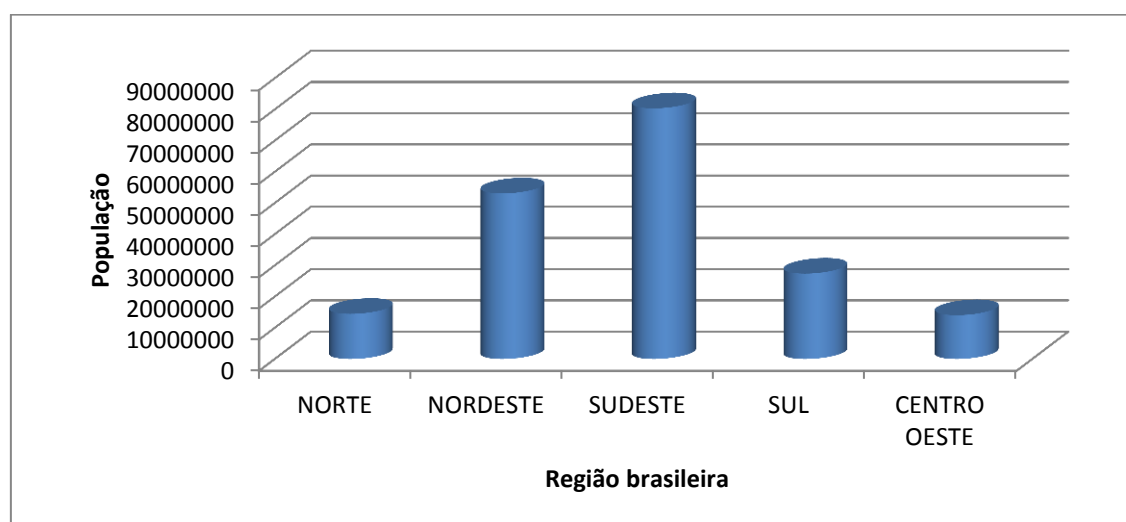
No entanto, a realidade urbana é marcada pela competição do poder local, que pode ser adquirida pelos partidos políticos por meio das eleições do Executivo municipal. Como decorrência dessa luta pelo poder, o espaço adquire uma dimensão sociocultural decisiva nos processos de desenvolvimento, e cria um ambiente que pode tanto favorecê-lo quanto bloqueá-lo (Santos Junior, 2015).

Tabela 1: Tamanho do município e IBEU

População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	0,10%	17,70%	44,80%	33,20%	4,10%
5.001 até 10.000	0,20%	20,20%	43,20%	33,50%	3,00%
10.001 até 20.000	0,10%	21,10%	39,90%	34,70%	4,20%
20.001 até 50.000	0,00%	18,80%	36,80%	37,60%	6,70%
50.001 até 100.000	0,00%	20,20%	30,00%	40,80%	9,00%
100.001 até 500.000	0,50%	12,30%	34,10%	37,90%	15,20%
Acima de 500.001	0,00%	11,80%	35,30%	44,10%	8,80%
Total	0,10%	18,80%	41,70%	34,60%	4,80%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrôpoles.

O IBEU estabelece cinco categorias (Muito bom, Bom, Médio, Ruim e Muito ruim) para a classificação dos municípios. Porém, ao realizar o teste⁶, sua significância é nula, mas analisando a Tabela 1 é possível observar que os municípios, de maneira geral, apresentam um índice médio/bom de bem-estar urbano, independente do tamanho da população; destaque para os municípios de 100.001 até 500.000 que demonstram taxa de 15,2% na categoria “muito bom”.

Figura 2: Distribuição da população brasileira por região

Fonte: IBGE.

⁶ Teste do qui-quadrado IBEU e tamanho do município: $\chi^2=114,020$, $p=0,00$.

Tabela 2: População brasileira/Rural – Urbana/Número de municípios

Categorias população	População(%)	População urbana (%)	População Rural (%)	Nº de municípios	Municípios (%)
Até 5 mil	2,29	56,3	43,7	1301	23,38
5.001 até 10 mil	4,47	60	40	1212	21,78
De 10.001 até 20 mil	10,34	60,9	39,1	1401	25,18
De 20.001 até 50 mil	16,43	70,3	29,7	1043	18,74
De 50.001 até 100 mil	11,69	81	19	325	5,84
De 100.001 até 500 mil	25,45	94,5	5,5	245	4,40
Mais de 500 mil	29,28	99,1	0,9	38	0,68
Total	190.755.799	84,4	15,6	5565	100,00

Fonte: IBGE.

Na tabela 2, 89% dos municípios brasileiros, que possuem até 50 mil habitantes, abrigam apenas 33% da população. Os 67% restantes concentram-se em 11% dos municípios e estão distribuídos preferencialmente entre as regiões Sudeste e Nordeste. A região Norte abriga 7,59% da população, seguida do Nordeste com 27,82%, o Sudeste concentrando praticamente a metade do contingente populacional (42,12%), o Sul com 14,35 e, finalmente, o Centro-Oeste com 7,36%.

Esta distribuição geográfica obedece a dois vetores fundamentais: o primeiro é a dinâmica de ocupação do território marcada pela fixação litorânea e a tardia ocupação dos espaços interiores (ainda em processo); o segundo está relacionado ao tipo de propriedade fundiária. A predominância do latifúndio articulada à produção para o agro negócio assim como as grandes áreas de pastoreio podem ser observadas no mapa em anexo como vastas regiões de população rarefeita mesmo em espaços de ocupação mais antiga como é o caso da metade sul do RS.

Estabelecidas essas particularidades, a radiografia dos municípios em sua face de “bem estar” pode responder algumas das questões que hoje são colocadas quando focamos a análise neste nível da estrutura federativa que só tem crescido em protagonismo e laboratório de políticas inovadoras como foi o caso do Orçamento Participativo popularizado pela experiência das administrações petistas na Prefeitura do Porto Alegre.

Tabela 3: Tamanho do município e Mobilidade urbana

População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	0,00%	0,30%	1,20%	9,20%	89,20%
5.001 até 10.000	0,00%	0,30%	1,60%	14,40%	83,80%
10.001 até 20.000	0,00%	0,30%	1,20%	15,10%	83,40%
20.001 até 50.000	0,20%	1,00%	1,10%	12,60%	85,20%
50.001 até 100.000	1,80%	4,90%	3,10%	6,70%	83,50%
100.001 até 500.000	3,30%	10,80%	10,40%	15,60%	59,90%
Acima de 500.001	0,00%	17,60%	23,50%	41,20%	17,60%
Total	0,20%	1,10%	1,80%	12,00%	84,90%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

O teste do qui quadrado⁷ foi realizado em todas as cinco dimensões dadas pelo IBEU, juntamente com a população separada por outras sete categorias, como é possível ver na tabela 3. Todos os testes não apresentaram significância (variáveis independentes), porém alguns aspectos são interessantes de salientar: na Tabela 3 em municípios com população urbana de até 5.000 habitantes, quase 90% apresentam um ótimo índice de mobilidade urbana (cidade pequena, melhor mobilidade). Além disso, dos 212 municípios com população de até 500.00 habitantes, quase 15% têm mobilidade urbana com classificação ruim.

Nos dados chama a atenção da baixa mobilidade nas regiões metropolitanas principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Portanto, mesmo que haja uma media alta de mobilidade nos municípios com menor população isso é perfeitamente compreensível, pois no momento em que nos aproximamos das grandes concentrações urbanas essas condições desaparecem. A formação de grandes periferias e a estrutura do transporte urbano, mesmo com algumas experiências de metrô, tem alimentado um dos grandes desafios das administrações municipais e, em 2013, foi o estopim das manifestações de junho com o movimento pelo Passe Livre.

Tabela 4: Tamanho do município e Condições ambientais urbanas

População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	1,20%	13,20%	17,70%	23,90%	43,90%

⁷Teste do qui-quadrado tamanho do Município e Mobilidade Urbana: $\chi^2=722,786$, $p=0,00$.

Teste do qui-quadrado tamanho do Município e Condições Ambientais Urbanas: $\chi^2=55,608$, $p=0,00$.

Teste do qui-quadrado tamanho do Município e Condições Habitacionais Urbanas: $\chi^2=227,626$, $p=0,00$.

Teste do qui-quadrado tamanho do Município e Serviços Coletivos Urbanos: $\chi^2=374,558$, $p=0,00$.

Teste do qui-quadrado tamanho do Município e Infraestrutura Urbana: $\chi^2=347,593$, $p=0,00$.

5.001 até 10.000	2,00%	13,70%	19,90%	26,20%	38,20%
10.001 até 20.000	2,40%	16,10%	19,00%	28,20%	34,20%
20.001 até 50.000	2,60%	14,70%	19,10%	26,80%	36,80%
50.001 até 100.000	0,90%	16,10%	19,20%	26,80%	37,10%
100.001 até 500.000	0,50%	12,80%	21,80%	32,20%	32,70%
Acima de 500.001	0,00%	22,90%	20,00%	28,60%	28,60%
Total	1,70%	14,10%	18,80%	25,90%	39,50%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

Analisando alguns aspectos presentes na Tabela 4, ela apresenta as seguintes características: mais de 20% dos municípios com população urbana acima de 500.000 habitantes apresentam condições ambientais ruins. Os 562 municípios com população de até 10.000 habitantes têm um índice superior a 60% de classificação bom/muito bom. Tudo indica que quanto menor o município em sua condição populacional e urbana, melhores são as condições ambientais. A degradação cresce e se generaliza na medida em que nos aproximamos dos grandes centros.

Tabela 5: Municípios e Condições Habitacionais Urbanas

População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	0,00%	3,50%	10,10%	45,50%	40,80%
5.001 até 10.000	0,00%	5,40%	12,90%	56,90%	24,70%
10.001 até 20.000	0,10%	6,50%	13,70%	56,70%	23,00%
20.001 até 50.000	0,00%	4,10%	13,60%	60,90%	21,40%
50.001 até 100.000	0,00%	3,60%	11,30%	59,30%	25,80%
100.001 até 500.000	0,00%	1,00%	16,20%	63,80%	19,00%
Acima de 500.001	0,00%	3,00%	18,20%	69,70%	9,10%
Total	0,00%	4,40%	12,00%	52,90%	30,70%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

Em relação à Tabela 5, as sete categorias da população nos municípios, vão apresentar o índice “bom” de condições habitacionais urbanas entre 50% até 70%. Além disso, destaque positivo para os municípios com até 5.000 habitantes, que apresentam 40% de índice “muito bom”. Apenas dois municípios serão classificados como “muito ruim” e estes se encontram em população com até 20.000 habitantes.

Tabela 6: Municípios e Serviços Coletivos Urbanos

População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	6,10%	58,40%	7,00%	8,90%	19,70%
5.001 até 10.000	7,60%	47,90%	9,40%	12,70%	22,50%

10.001 até 20.000	8,30%	39,40%	13,40%	14,00%	24,90%
20.001 até 50.000	7,50%	33,30%	14,50%	16,20%	28,50%
50.001 até 100.000	5,00%	31,80%	14,50%	16,80%	31,80%
100.001 até 500.000	2,40%	14,60%	18,90%	23,60%	40,60%
Acima de 500.001	0,00%	11,40%	17,10%	22,90%	48,60%
Total	6,70%	47,20%	10,20%	12,30%	23,60%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrôpoles.

Já na Tabela 6, em que o teste é feito entre os municípios e os serviços coletivos urbanos, mais de 60% dos municípios com até 5.000 habitantes apresentam qualidade ruim/muito ruim, isso significa que 1.513 municípios brasileiros indicam essa qualidade. Assim como quase 50% dos municípios brasileiros exibem índice ruim de serviço coletivo. O baixo nível de serviços coletivos se distribui de forma equilibrada. São os municípios com mais de 100.000 habitantes que vão mostrar maior porcentagem de bom serviço coletivo urbano.

A infraestrutura urbana é um dos maiores problemas nos municípios brasileiros, como mostra a Tabela 7. Apenas um município apresentou índice “muito bom” e, em todas as outras categorias de população, eles exibiram péssimos níveis de infraestrutura urbana.

Tabela 7: Municípios e Infraestrutura Urbana

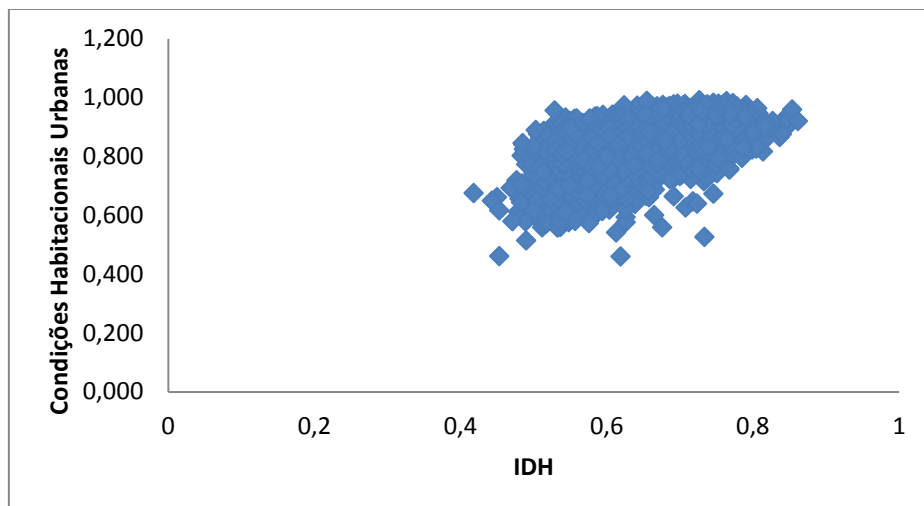
População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	46,00%	47,20%	6,40%	0,40%	0,00%
5.001 até 10.000	49,30%	46,00%	4,50%	0,20%	0,00%
10.001 até 20.000	46,70%	46,70%	6,50%	0,10%	0,00%
20.001 até 50.000	43,40%	46,20%	10,40%	0,00%	0,00%
50.001 até 100.000	36,50%	46,40%	15,80%	1,40%	0,00%
100.001 até 500.000	23,60%	45,30%	26,40%	4,20%	0,50%
Acima de 500.001	2,90%	51,40%	42,90%	2,90%	0,00%
Total	45,00%	46,60%	7,90%	0,50%	0,00%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrôpoles.

Outros testes realizados neste trabalho incluem a correlação de Pearson entre as cinco dimensões do IBEU, IDH, índice de Gini e ano de criação dos municípios. Segue abaixo alguns dados interessantes de salientar. Entre eles está a correlação feita entre as Condições Habitacionais Urbanas e o IDH. O teste não apresentou significância, porém um bom índice de correlação positiva entre as duas variáveis ($r = 0,591$, $p = 0,00$), mostrando que quanto melhor for a condição habitacional, maior o IDH. Assim como

também nas Condições Ambientais Urbanas com uma correlação positiva com o IDH ($r = 0,429$ e $p = 0,00$); e na Infraestrutura Urbana ($r = 0,507$ e $p = 0,00$).

Figura 3: Condições Habitacionais Urbanas e IDH

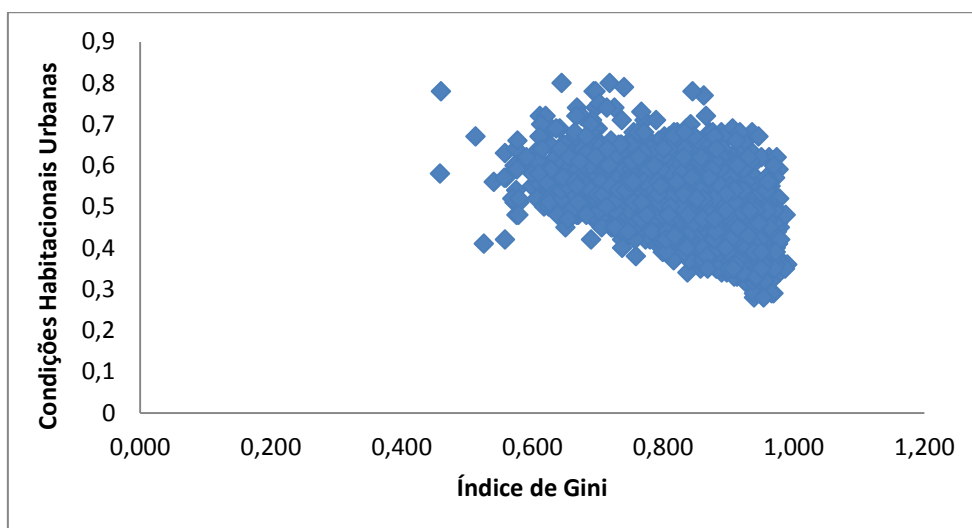


Fonte: PNUD e Observatório das Metrópoles.

Ao fazer uma correlação entre algumas dimensões do IBEU, como Infraestrutura, Serviços Coletivos e Condições Habitacionais Urbanas, e Índice de Gini, podemos tirar algumas conclusões: elas mostram correlação fraca, com associação inversa⁸. O Índice de Gini se apresenta sempre em associação inversa com as dimensões consideradas pelo IBEU, o que significa, por exemplo, que quanto melhores forem as Condições Habitacionais Urbanas, menor o Índice de Gini.

⁸ Coeficiente de correlação de Pearson (Condições Habitacionais Urbanas e Gini): $r = -0,519$, $p = 0,00$.
Coeficiente de correlação de Pearson (Infraestrutura Urbana e Gini): $r = -0,377$, $p = 0,00$.
Coeficiente de correlação de Pearson (Serviços Coletivos Urbanos e Gini): $r = -0,306$, $p = 0,00$.

Figura 4: Condições Habitacionais Urbanas e Índice de Gini



Fonte: PNUD e Observatório das Metrôpoles.

Um dos impostos facultados aos municípios é o IPTU. Municípios mais ricos, ou nem tanto, podem gerir esses recursos no sentido de melhorar a oferta de serviços à população. Sendo assim, foram feitas correlações desta taxa, dos anos de 2008 e 2012, com as cinco dimensões medidas pelo IBEU. Como resultado, foram observadas correlações fracas e de significância nula entre as variáveis.

PARTIDOS POLÍTICOS

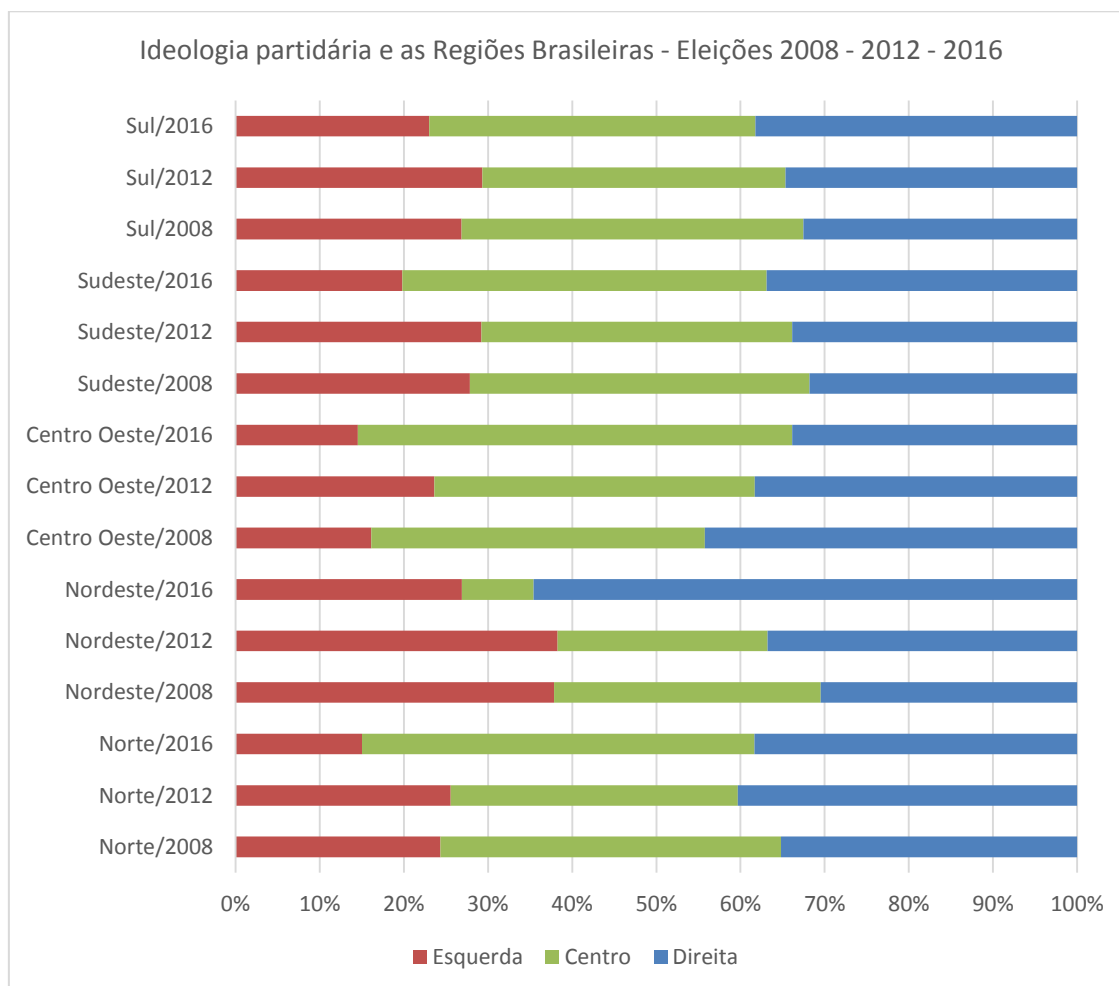
Outra possibilidade explicativa para alguma diferenciação encontrada entre os municípios pode estar vinculada ao partido político do prefeito, suas alianças e composição de seu secretariado.

Análise de Marenco (Marenco, 2013) mostrou que o *continuum* composição partidária do prefeito-composição partidária do governador-composição partidária do presidente da república tem obedecido mais a uma lógica que aproxima as duas pontas (união e município) do que atrelamento ao governador. Nos testes realizados pelo autor, utilizando dados de 2000, 2004 e 2008, o peso da coligação ocupante do governo federal foi marcante no posicionamento do grupo vencedor no município. Há exceções à regra, como o caso de São Paulo, onde a presença do PSDB no governo do Estado a muitos anos tem impactado na composição dos grupos locais.

Como os dados utilizados para o IBEU são de 2010, buscamos o mapa partidário das eleições de 2008 e 2012. Os resultados de 2016 serão usados apenas para testar a

hipótese de que o sistema partidário tem caminhado no sentido de uma extrema fragmentação e que dentro do espectro político-ideológico (também chamado de famílias políticas) os grupos posicionados à direita têm crescido na última década.

Figura 5: Evolução das forças políticas ao longo das eleições municipais de 2008-2012-2016⁹



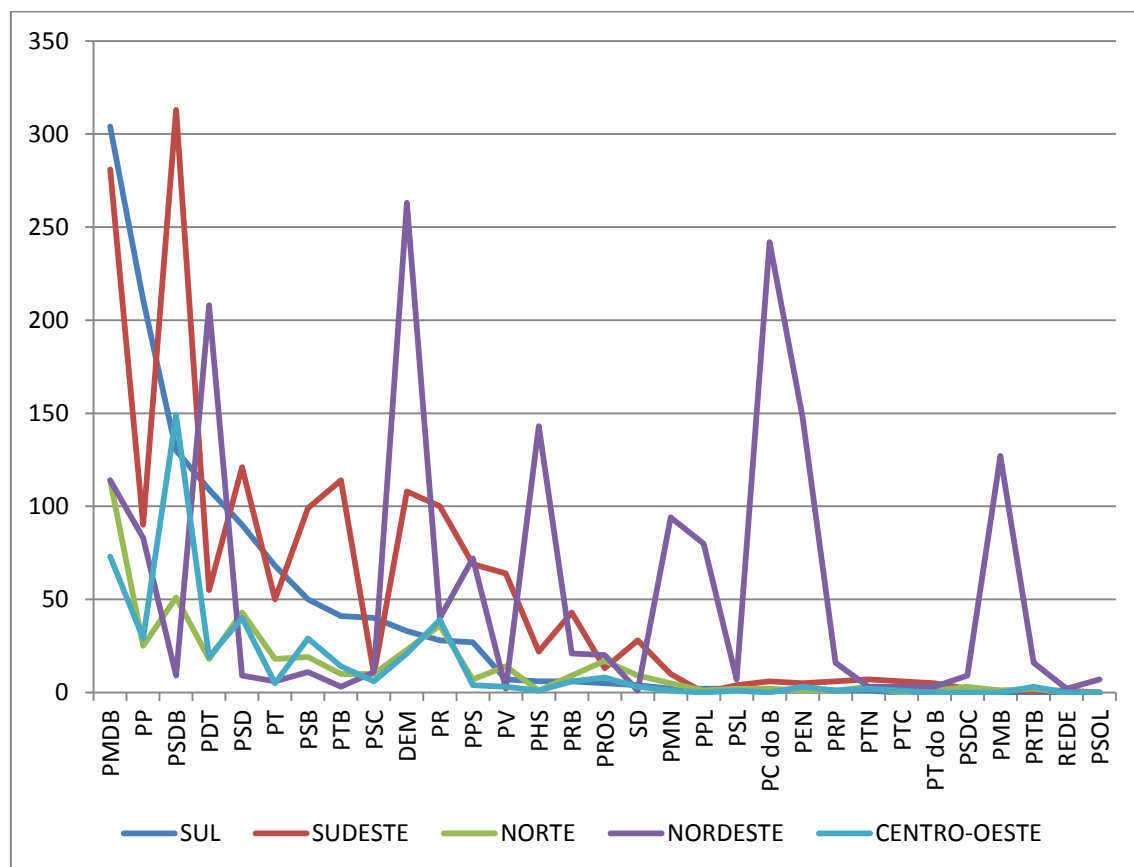
Fonte: TSE.

A dominação partidária municipal varia conforme a região. Utilizamos os dados eleitorais de 2016 para testar essa heterogeneidade.

⁹ Partidos de Esquerda: PC do B, PDT, PSB, PSOL, PT e PTB.

Partidos de Centro: PMDB, PSDB, PTN, PV, PROS, SD, REDE.

Partidos de Direita: DEM, PHS, PMN, PP, PPL, PPS, PR, PRB, PRP, PSC, PSD, PSDC, PEN, PTC, PSL, PT do B, PMB e PRTB.

Figura 6: Partidos eleitos (2016) e Regiões Brasileiras**Tabela 8: Municípios/Partidos (2008)/Serviços Coletivos**

Partidos	Número de Municípios	Serviços Coletivos				
		Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
DEM	481	7,30%	42,60%	8,70%	11,90%	29,50%
PC do B	39	7,70%	51,30%	12,80%	17,90%	10,30%
PDT	341	11,10%	49,60%	10,30%	9,70%	19,40%
PHS	13	0,00%	53,80%	23,10%	0,00%	23,10%
PMDB	1.179	5,60%	55,90%	10,40%	10,70%	17,40%
PMN	41	2,40%	68,30%	4,90%	4,90%	19,50%
PP	547	3,50%	59,40%	11,90%	10,60%	14,60%
PPS	138	7,20%	37,70%	7,20%	14,50%	33,30%
PR	383	6,80%	46,70%	12,00%	14,60%	19,80%
PRB	53	17,00%	41,50%	5,70%	17,00%	18,90%
PRP	15	6,70%	40,00%	26,70%	0,00%	26,70%
PRTB	11	27,30%	63,60%	9,10%	0,00%	0,00%
PSB	306	7,80%	41,20%	15,70%	17,60%	17,60%
PSC	56	5,40%	39,30%	10,70%	17,90%	26,80%

PSDB	778	4,10%	36,90%	9,80%	11,80%	37,40%
PSDC	8	12,50%	50,00%	0,00%	12,50%	25,00%
PSL	15	13,30%	20,00%	6,70%	20,00%	40,00%
PT	548	7,10%	43,20%	10,40%	13,00%	26,30%
PT do B	9	11,10%	66,70%	11,10%	11,10%	0,00%
PTB	405	8,60%	46,20%	7,20%	13,60%	24,40%
PTC	15	0,00%	33,30%	0,00%	26,70%	40,00%
PTN	15	26,70%	40,00%	0,00%	20,00%	13,30%
PV	75	18,70%	24,00%	4,00%	14,70%	38,70%
Total	5.471	6,70%	47,20%	10,20%	12,30%	23,60%

Fonte: TSE e Observatório das Metrôpoles.

A avaliação “ruim” presente em 47,20% dos municípios brasileiros, em relação aos Serviços Coletivos, mostra que não é uma condição isolada de um partido, eleito em 2008, obter esse resultado no teste realizado¹⁰. O mesmo não pode ser dito do teste¹¹ feito entre as Condições Habitacionais, partidos e municípios, apresentado na Tabela 9, mostrando que, em geral, os partidos à frente das prefeituras apresentam bons índices de habitação urbana. Já na Tabela 9, partidos como PMDB, PSDB, PT e PTB estão nas gestões dos municípios com piores índices de Condições Ambientais Urbanas.

Tabela 8: Municípios/Partidos (2012)/ Condições Habitacionais Urbanas

Partidos	Nº de municípios	Condições Habitacionais				
		Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
DEM	278	0,00%	1,80%	8,30%	55,00%	34,90%
PC do B	54	0,00%	9,30%	24,10%	57,40%	9,30%
PDT	297	0,00%	2,00%	8,80%	53,50%	35,70%
PHS	14	0,00%	7,10%	21,40%	42,90%	28,60%
PMDB	1001	0,00%	5,00%	12,10%	46,80%	36,20%
PMN	39	0,00%	7,70%	2,60%	74,40%	15,40%
PP	466	0,00%	1,70%	7,10%	44,60%	46,60%
PPL	9	0,00%	0,00%	22,20%	66,70%	11,10%
PPS	122	0,00%	4,10%	11,50%	55,70%	28,70%
PR	265	0,00%	7,50%	12,10%	62,30%	18,10%
PRB	78	0,00%	14,10%	19,20%	52,60%	14,10%
PRP	22	0,00%	9,10%	9,10%	68,20%	13,60%
PRTB	15	0,00%	13,30%	13,30%	53,30%	20,00%
PSB	431	0,00%	3,90%	13,90%	65,40%	16,70%
PSC	78	0,00%	2,60%	14,10%	62,80%	20,50%

¹⁰ Teste do qui-quadrado Municípios/Partido do Prefeito/Serviços Coletivos: $\chi^2=370,09$, $p= 0,00$.

¹¹ Teste do qui-quadrado Municípios/Partido do Prefeito/Condições Habitacionais: $\chi^2=329,253$, $p= 0,00$

PSD	483	0,00%	6,80%	13,70%	55,90%	23,60%
PSDB	679	0,00%	2,40%	10,80%	51,00%	35,90%
PSDC	10	0,00%	0,00%	30,00%	50,00%	20,00%
PSL	24	0,00%	4,20%	25,00%	45,80%	25,00%
PSOL	2	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	50,00%
PT	635	0,30%	3,60%	12,40%	53,50%	30,10%
PT do B	24	0,00%	12,50%	29,20%	50,00%	8,30%
PTB	284	0,00%	4,20%	13,00%	48,60%	34,20%
PTC	20	0,00%	5,00%	15,00%	55,00%	25,00%
PTN	13	0,00%	7,70%	30,80%	53,80%	7,70%
PV	101	0,00%	9,90%	17,80%	51,50%	20,80%
Total	5444	0,00%	4,40%	12,00%	52,90%	30,70%

Fonte: TSE e Observatório das Metrópoles.

Tabela 9: Municípios/Partidos (2012)/ Condições Ambientais Urbanas

Partidos	Nº de municípios	Condições Ambientais				
		Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
DEM	277	0,40%	12,30%	18,80%	23,80%	44,80%
PC do B	54	3,70%	18,50%	22,20%	37,00%	18,50%
PDT	297	1,70%	10,10%	14,80%	28,60%	44,80%
PHS	14	0,00%	21,40%	14,30%	21,40%	42,90%
PMDB	1002	1,90%	15,60%	18,70%	23,70%	40,20%
PMN	41	0,00%	12,20%	34,10%	31,70%	22,00%
PP	465	0,40%	10,80%	18,50%	27,50%	42,80%
PPL	9	11,10%	22,20%	22,20%	33,30%	11,10%
PPS	121	0,80%	16,50%	12,40%	25,60%	44,60%
PR	265	1,90%	15,80%	17,00%	27,90%	37,40%
PRB	79	1,30%	15,20%	22,80%	26,60%	34,20%
PRP	22	4,50%	18,20%	4,50%	45,50%	27,30%
PRTB	15	6,70%	13,30%	26,70%	13,30%	40,00%
PSB	438	2,30%	14,80%	19,40%	28,10%	35,40%
PSC	80	1,30%	16,30%	20,00%	31,30%	31,30%
PSD	483	1,40%	17,20%	23,80%	26,10%	31,50%
PSDB	689	1,90%	11,30%	15,50%	22,50%	48,80%
PSDC	10	0,00%	10,00%	40,00%	10,00%	40,00%
PSL	24	4,20%	4,20%	25,00%	29,20%	37,50%
PSOL	2	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	50,00%
PT	634	1,40%	14,40%	20,30%	28,20%	35,60%
PT do B	24	8,30%	20,80%	20,80%	8,30%	41,70%
PTB	288	2,40%	13,50%	18,80%	23,60%	41,70%
PTC	19	0,00%	21,10%	21,10%	36,80%	21,10%
PTN	13	0,00%	7,70%	38,50%	38,50%	15,40%
PV	100	4,00%	20,00%	14,00%	23,00%	39,00%

Total	93	772	1026	1414	2160
--------------	-----------	------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: TSE e Observatório das Metrópoles.

IDADE DO MUNICÍPIO

Foram realizados testes de correlação entre as variáveis “ano de criação dos municípios brasileiros” e as dimensões do IBEU, como Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana, que apresentaram significância nula, mas um índice de correlação de Pearson razoável ($r = -0,365$ e $r = -0,318$, respectivamente). Esses resultados nos mostram que há uma associação inversa entre elas. Isso quer dizer, por exemplo, que quanto mais recente um município, pior são seus serviços coletivos.

Foram feitos, também, testes do qui-quadrado relacionando as já citadas cinco dimensões do IBEU com os anos de criação dos municípios, separados por categorias. No que diz respeito ao experimento feito¹² com a Mobilidade Urbana, a maioria dos municípios, independente do ano de criação, apresentaram taxas superiores a 80% de índice “muito bom”, mostrando um resultado significativo. Já nas Condições Ambientais Urbanas, há uma distribuição uniforme ao longo dos anos de criação das categorias que vão de muito ruim a muito bom, podendo ser observado na Tabela 11. Os municípios mais recentes, criados a partir de 1991, apresentam uma taxa maior de “ruim”, comparando-se às outras categorias. Ainda assim, apresentam taxas uniforme entre as demais, conforme Tabela 12. Os Serviços Coletivos Urbanos apresentam uma verdadeira “tragédia” no cenário brasileiro durante os períodos analisados, quase 60% dos municípios, principalmente aqueles mais novos, estão entre “muito ruim” e “ruim”¹³, o que significa que 2.302 municípios se encaixam nessa descrição. E, por fim, na Tabela 14, assim como no caso descrito anteriormente, os municípios, independente do ano de criação, estão concentrados nos piores índices de Infraestrutura Urbana; no total, 4.216 se encaixam no perfil.

¹²Teste do qui-quadrado Ano de criação dos municípios e Mobilidade Urbana: $\chi^2=14,733$, $p= 0,065$.

Teste do qui-quadrado Ano de criação dos municípios e Condições Ambientais Urbanas: $\chi^2=65,107$, $p= 0,00$.

Teste do qui-quadrado Ano de criação dos municípios e Condições Habitacionais Urbanas: $\chi^2=135,181$, $p= 0,00$.

Teste do qui-quadrado Ano de criação dos municípios e Serviços Coletivos Urbanos: $\chi^2=482,253$, $p= 0,00$.

Teste do qui-quadrado Ano de criação dos municípios e Infraestrutura Urbana: $\chi^2=349,149$, $p= 0,00$.

¹³Ver tabela na Tabela 13, página 20.

Tabela 10: Ano de criação dos municípios e Mobilidade Urbana

Ano de criação do município	Mobilidade Urbana categorias					Total
	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom	
De 1900 até 1960	0,20%	1,30%	1,60%	13,20%	83,80%	100,00%
De 1961 até 1990	0,30%	0,70%	1,50%	10,50%	87,00%	100,00%
De 1991 até 2010	0,30%	1,10%	2,50%	11,40%	84,60%	100,00%
Total	0,20%	1,00%	1,80%	11,90%	85,10%	100,00%
	11	47	80	542	3888	4568

Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

Tabela 11: Ano de criação dos municípios e Condições Ambientais Urbanas

Ano de criação	Condições Ambientais					Total
	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom	
De 1900 até 1960	1,50%	11,00%	16,00%	25,50%	46,10%	100,00%
De 1961 até 1990	1,50%	14,70%	17,60%	25,40%	40,70%	100,00%
De 1991 até 2010	2,70%	17,20%	22,40%	23,20%	34,60%	100,00%
Total	1,80%	13,70%	17,90%	25,00%	41,60%	100,00%
	80	622	816	1135	1893	4546

Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

Tabela 12: Ano de criação dos municípios e Condições Habitacionais Urbanas

Ano de criação	Condições Habitacionais					Total
	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom	
De 1900 até 1960	0,00%	3,00%	9,30%	51,90%	35,90%	100,00%
De 1961 até 1990	0,00%	3,00%	11,20%	53,20%	32,50%	100,00%
De 1991 até 2010	0,20%	9,00%	18,00%	43,50%	29,30%	100,00%
Total	0,00%	4,30%	11,90%	50,50%	33,20%	100,00%
	2	195	538	2290	1506	4531

Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

Tabela 13: Ano de criação dos municípios e Serviços Coletivos Urbanos

Ano de criação	Serviços Coletivos					Total
	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom	
De 1900 até 1960	4,80%	36,80%	10,80%	14,00%	33,60%	100,00%
De 1961 até 1990	5,20%	59,70%	9,70%	10,10%	15,40%	100,00%
De 1991 até 2010	14,80%	61,50%	5,60%	6,90%	11,20%	100,00%
Total	7,10%	50,40%	9,30%	11,00%	22,20%	100,00%

324 2302 424 504 1012 4566

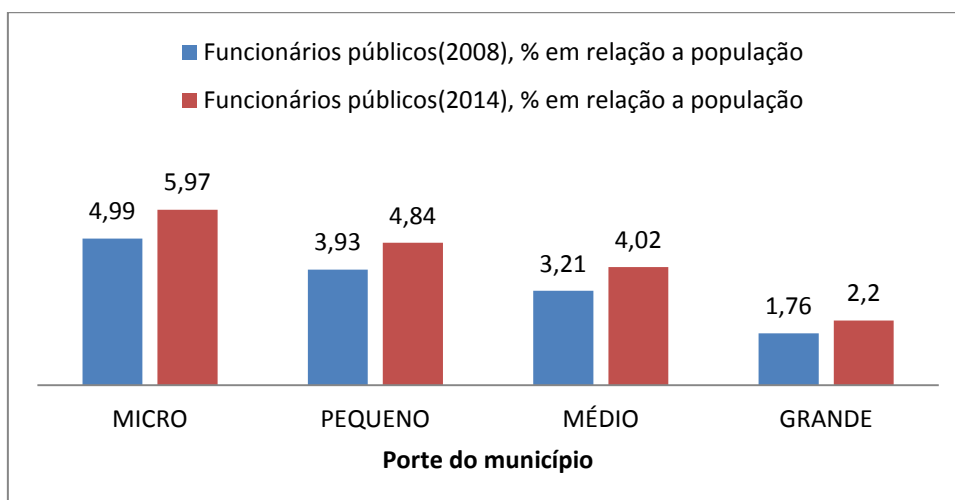
Fonte: IBGE e Observatório das Metrópoles.

Tabela 14: Ano de criação dos municípios e Infraestrutura Urbana

Ano de criação	Infraestrutura					Total
	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom	
De 1900 até 1960	31,40%	57,30%	10,60%	0,70%	0,00%	100,00%
De 1961 até 1990	50,70%	43,50%	5,50%	0,20%	0,10%	100,00%
De 1991 até 2010	65,70%	30,80%	3,20%	0,30%	0,00%	100,00%
Total	45,80%	46,50%	7,10%	0,50%	0,00%	100,00%
	2092	2124	325	21	1	4563

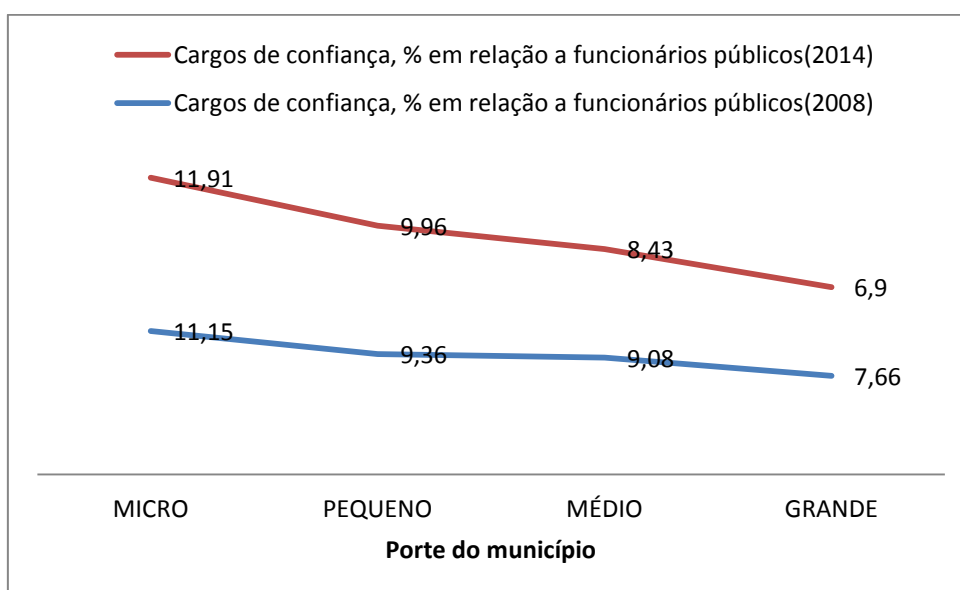
BUROCRACIAS

Outra dimensão passível de ser invocada na busca de explicações para a diferenciação da capacidade governativa do município é a composição da burocracia envolvida nas atividades administrativas do mesmo. Para efeito de análise utilizamos a classificação feita por Marenco (2013:4) que divide os municípios em Grandes (mais de 100 mil habitantes), Médios (de 20 a 100 mil habitantes), Pequenos (de 10 a 20 mil habitantes) e Micro (menos de 10 mil habitantes) relacionados ao perfil profissional desse corpo técnico. Estudo do BID de 2007 considerou a existência de 4 (quatro) tipos de burocracias públicas segundo seu grau de autonomia frente aos governos e sua capacidade técnica: meritocráticas (alta autonomia e capacidade), administrativas (alta autonomia e baixa capacidade), clientelistas (baixa autonomia e capacidade) e paralelas (baixa autonomia e alta capacidade). Embora seja determinação constitucional a realização de concursos públicos para o preenchimento de cargos, essa prática tem sido burlada principalmente nos pequenos municípios. Segundo o autor, há casos de municípios com mais de 70% dos funcionários constituídos por cargos de comissão de livre nomeação do prefeito. Não surpreende que em geral os índices de pobreza e atraso sejam a marca dessas administrações.

Figura 7: Funcionários públicos (2008-2014) e Porte dos municípios

Fonte: IBGE.

A Figura 6 mostra que os micro municípios¹⁴ possuem as maiores taxas de funcionários públicos em relação às suas populações; enquanto aqueles de grande porte têm menores taxas.

Figura 8: Cargos de confiança (2008-2014) e Porte dos municípios

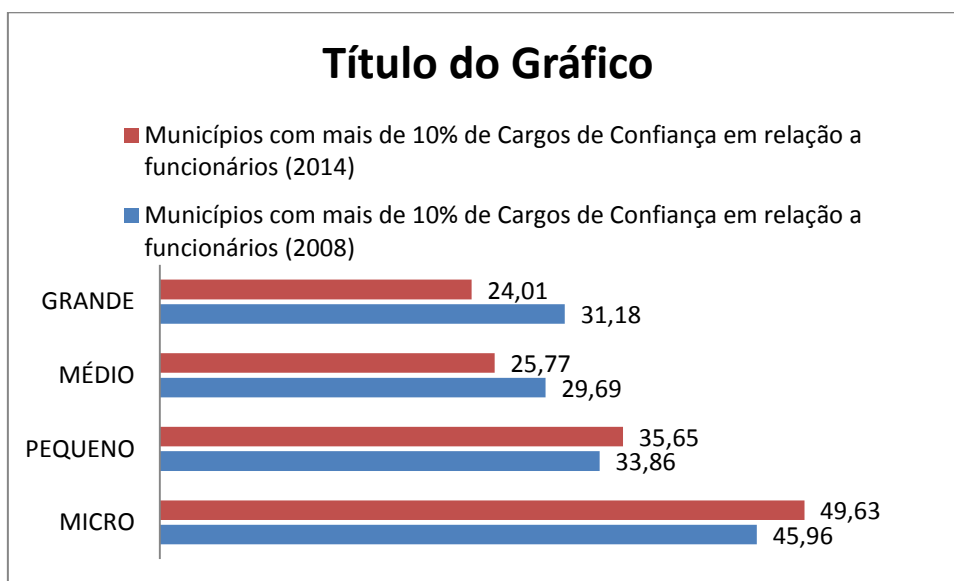
Fonte: IBGE.

A figura 7 apresenta a porcentagem dos cargos de confiança em relação ao número de funcionários públicos. Dessa forma, o gráfico revela que os municípios

¹⁴ Para este estudo, foram consideradas as seguintes categorias de porte dos municípios: Micro (menos de 10 mil habitantes); Pequeno (de 10 a 20 mil habitantes); Médio (de 20 a 100 mil habitantes); Grande (mais de 100 mil habitantes).

micro possuem quase o dobro de funcionários em cargos de confiança, em comparação aos de grande porte. A figura 8 apresenta o mesmo panorama, em perspectiva diferente.

Figura 9: Cargos de confiança (2008-2014) e Porte dos municípios



Fonte: IBGE.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Tendo em vista que o Brasil é uma federação que combina centralização de recursos fiscais com descentralização política e administrativa e que, desde a Constituição de 1988 o município assumiu o papel de executar as políticas de saúde, educação e assistência social, justifica-se a necessidade de lançar uma luz sobre os dados referentes a esse ente federativo. O Governo Federal é responsável por 52% da receita pública, 29% para os estados e 18% para municípios.

A elevada fragmentação partidária, tratada na literatura sobre “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003) é encontrada nos municípios brasileiros onde, além do amplo espectro encontrado, existe uma variação regional muito grande na caracterização da dominação dos grupos políticos.

Os 5.570 municípios, dirigidos por um Prefeito, seu secretariado e a Câmara Municipal, formada por representação proporcional (SOUZA, 2003; KERBAUY, 2005) tem grande heterogeneidade econômica e social que reforçam os elementos de dispersão

presentes nas relações intergovernamentais. Essas diferenças significativas entre os municípios associadas a seu tamanho podem ser percebidas quando se examina a estrutura do serviço público e a provisão de políticas urbanas que constituem responsabilidade do governo municipal.

Como já indicado por Marengo, a dimensão do serviço público na administração municipal, medido pelo percentual de funcionários públicos municipais em relação à população de cada cidade, apresenta variação decrescente à medida que saímos dos menores municípios em direção aos maiores. Nos municípios com população inferior a 10 mil habitantes, os funcionários públicos representam 5,3% dos habitantes, caindo para menos da metade desta proporção nos maiores centros urbanos. Há uma quantidade significativa de cargos públicos que são frequentemente utilizados como moeda para o pagamento de apoio e lealdade política passada ou futura. Esta forma de nomeação é mais frequente nos municípios menores, com ligeiro declínio à medida em que se chega a cidades de porte médio.

Da análise realizada, a questão do bem estar urbano, que depende de forma direta da administração do município, pode se concluir que são grandes os entraves para o bom desempenho, principalmente para os chamados pequenos municípios que, mesmo sendo os menos populosos, são os que mais dependem de repasses do governo federal. Eles tendem a manter uma política mais tradicional com fortes elementos clientelistas. Os melhores serviços estão correlacionados a melhor IDH e Gini. A idade do município também se mostrou uma variável importante a ser considerada. Partidos políticos e burocracias são pontos que ainda merecem análises mais aprofundadas tendo em vista a heterogeneidade dos municípios e os graus diversos do desenvolvimento das cinco regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. Dados, Rio de Janeiro, vol.31, n° 1, p.5-34, 1988.

ABRUCIO, F. Os Barões da Federação: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1988.

ABRUCIO

ALMEIDA, M. H. e CARNEIRO, P. “Liderança Local, Democracia e Políticas Públicas no Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. IX, n° 1, p. 124-147, 2003.

AMORIM NETO, O. “Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, n° 3, p. 479-517, 2000.

_____. O Brasil, Lijphart e o Modelo Consensual de Democracia. In: INÁCIO, M. e RENNÓ, L. (orgs.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

ANASTASIA, F.; CASTRO, M. e NUNES, F. Desde Entonces Hasta Ahora: las Condiciones y las Instituciones de La Democracia Después de 1988. In: ALCANTARA, M. e RANULFO, C. (orgs.). *La Democracia Brasileña: Balance y Perspectivas Para El Siglo XXI*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2008.

BRAGA, M. S. O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002). São Paulo: Humanitas / Fapesp, 2006.

CAMPELLO DE SOUZA. “Federalismo no Brasil: Aspectos Politico-Institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 21, n° 6, p. 7-40, 2006.

CARVALHO, N. E no Início Eram as Bases: Geografia Política do Voto e Comportamento Legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

HAGOPIAN, F. *The Politics of Oligarchy: The Persistence of Traditional elites in Contemporary Brazil*. Boston: Massachusetts Institute of Technology, 1986.

IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico, vol. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Contas Regionais do Brasil, 2003-2007*. Brasília: IBGE, 2009.

INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (orgs.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KERBAUY, M. T. “As Câmaras Municipais Brasileiras: Perfil de Carreira e Percepção Sobre o Processo Decisório Local”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n° 2, p. 337-365, 2005.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOPEZ, F. “A Política Cotidiana dos Vereadores e as Relações Entre Executivo e Legislativo em Âmbito Municipal: O Caso do Município de Araruama”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 22, p. 153-177, 2004.

MARENCO, André. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos partidários nos municípios brasileiros. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 1-20.

NICOLAU, J. e POWER, T. *Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

PALERMO, V. “Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 3, p. 521-557, 2000.

PANG, E. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, C.; POWER, T.; RENNÓ, L. “Agenda Power, ExecutiveDecreeAuthority, andtheMixedResultsofReform in theBrazilianCongress”. *LegislativeStudiesQuarterly*, Iowa, XXXIII, 5-34, 2008.

PIQUET, L.; ALMEIDA, M. H. “Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 2, p. 403-442, 2008.

QUEIROZ, M. I. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio*s. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, F. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DA SILVA, A. F. C., FERREIRA A. L. A.. *A Formação das Regiões Metropolitanas e as Deformações do Processo Urbano: O Contexto Nordeste*. USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

BORJA, J. e CASTELLS, M. "As cidades como atores políticos". *Revista Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n.45, jul. 1996, p.152-166.

SANTOS JR., Orlando Alves dos. Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil [recurso eletrônico] / Orlando Alves dos Santos Júnior. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

Amorim Filho O, Serra RV. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: Andrade TA, Serra RV, organizadores. Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA; 2001. p. 1-34.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 27-41, June 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000200004&lng=en&nrm=iso>. Access on 21 July 2017.